

PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2003

(Do Sr. MILTON CARDIAS)

Modifica o art. 102 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor acerca das condições para o transporte de toras, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 102 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102. O veículo de carga deverá estar devidamente equipado quando transitar, de modo a evitar o deslocamento da carga ou seu derramamento sobre a via.

§ 1º No transporte de toras, serão observados os seguintes requisitos:

I – quando a distribuição das toras se der no sentido longitudinal, a carroceria deverá estar equipada com guardas dianteira e traseira e guardas ou fueiros laterais, sendo necessário fixar-se a carga por intermédio de cabos de aço ou cintas de náilon, distribuídos e tencionados transversalmente, com o uso de catracas ou dispositivo similar;

II - quando a distribuição das toras se der no sentido transversal, a carroceria deverá estar equipada com guardas laterais e guardas ou fueiros dianteiros e traseiros, sendo necessário fixar-se a carga

por intermédio de cabos de aço ou cintas de náilon, distribuídos e tencionados longitudinalmente, com o uso de catracas ou dispositivo similar;

III – sujeição, no que couber, ao disposto em norma brasileira constante do Sistema de Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

§ 2º O CONTRAN fixará os requisitos mínimos e a forma de proteção das cargas de que trata este artigo, de acordo com a sua natureza, observado o disposto no parágrafo anterior. (NR)”

Art. 2º O inciso II do art. 231 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – em desacordo com requisitos de proteção das cargas, de que trata o art. 102, ou derramando, lançando ou arrastando sobre a via:

- a) carga que esteja transportando;*
- b) combustível ou lubrificante que esteja utilizando;*
- c) qualquer objeto que possa acarretar risco de acidente;*

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa;

Medida administrativa – retenção do veículo para regularização; (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei visa a disciplinar o transporte de toras no país, atualmente realizado sem o amparo de uma norma legal que estabeleça os requisitos de segurança indispensáveis para a atividade.

Infelizmente, a inexistência de uma regulamentação tem ensejado a ocorrência de inúmeros desastres envolvendo veículos que transportam toras, seja pela ignorância de alguns transportadores, seja pela negligência de outros. Em virtude da natureza contundente dessa carga, pode-se imaginar, qualquer acidente representa um enorme perigo para a vida dos pedestres e dos ocupantes dos veículos.

Sabemos das inúmeras dificuldades por que passam o transportadores, especialmente os autônomos. Estamos certos, todavia, de que as exigências fixadas por esta proposição não implicam grandes gastos. De fato, adequar o veículo às normas de segurança nada representa em face dos aborrecimentos e prejuízos que poderiam advir de um acidente de grandes proporções causado pelo mau acondicionamento e fixação das toras.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares a esta iniciativa.

Sala das Sessões, em 23 de Setembro de 2003.

Deputado MILTON CARDIAS
PTB/RS